



As políticas e prioridades para a Eficiência Energética e para as Energias Renováveis em Portugal

Isabel SoaresDiretora de Serviços

Lisboa, 15 de julho de 2016 Ordem dos Engenheiros

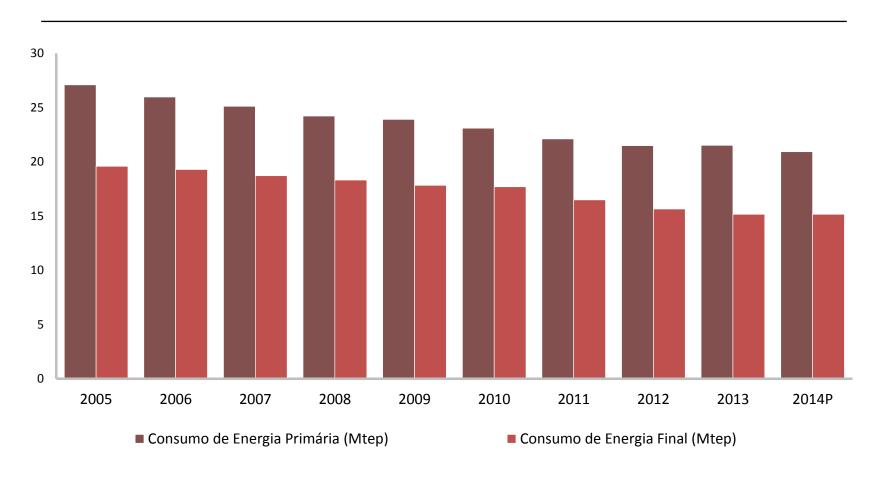
Oportunidades de Financiamento no Desafio Societal "Energia" do Horizonte 2020 em 2017







Evolução do consumo de energia em Portugal (Mtep)

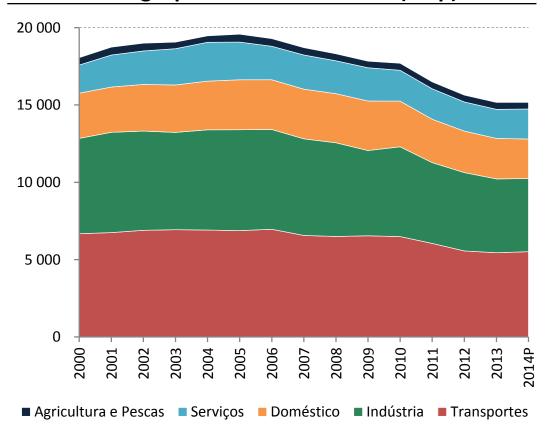




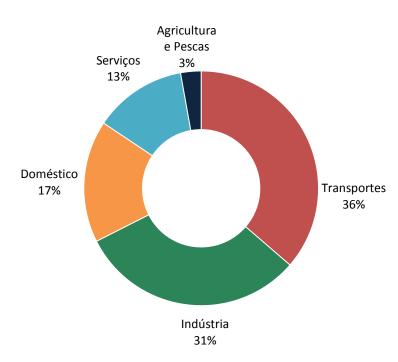




Evolução do consumo de energia final em Portugal por setor de atividade (ktep)



Mix de energia final por setor de atividade em 2014









Metas da UE para 2020

METAS UE-27

20% de redução no consumo de energia

20% de FER no consumo final de energia

20% de redução de GEE

METAS PARA PORTUGAL

31% de Renováveis no consumo final de energia

10% de Renováveis no setor dos transportes

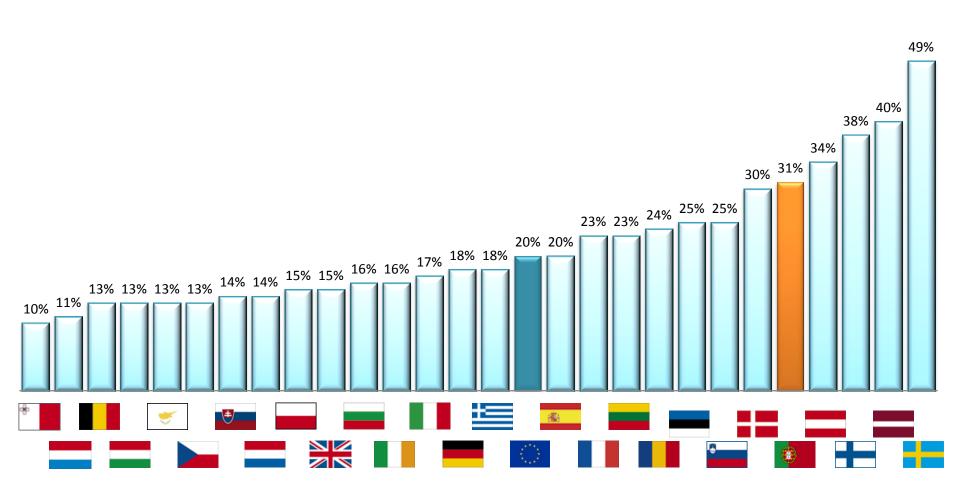
20% de redução no consumo de energia primária







Meta de FER no Consumo Final de Energia em 2020



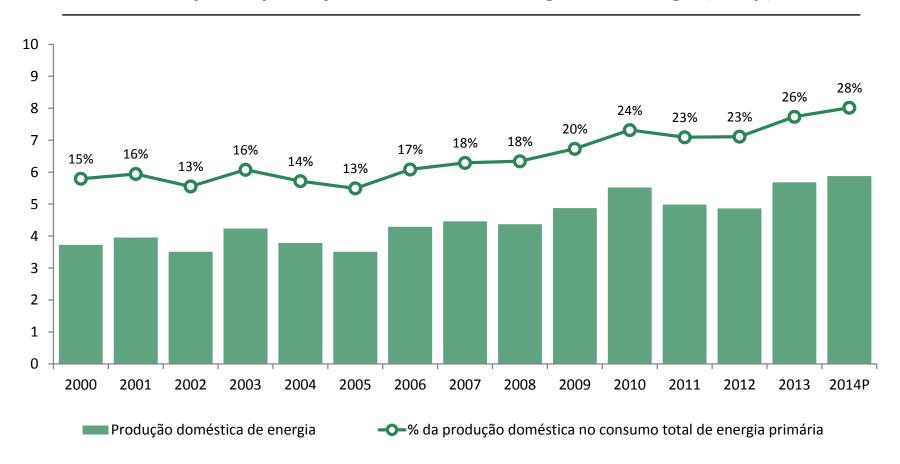
Fonte: Eurostat







Evolução da produção doméstica de energia em Portugal (Mtep)

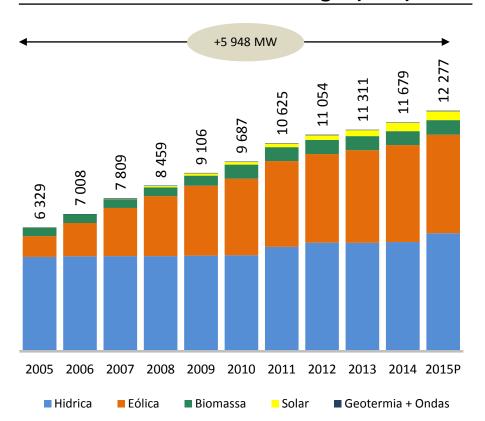




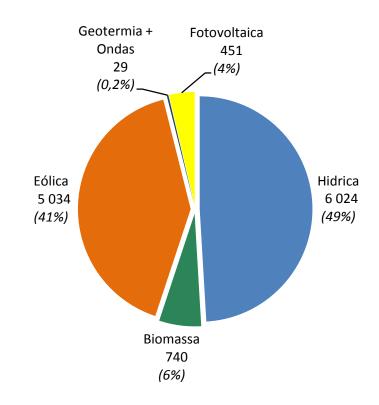




Evolução da capacidade total instalada em renováveis em Portugal (MW)



Mix de capacidade instalada em renováveis em Portugal em 2015 (MW)

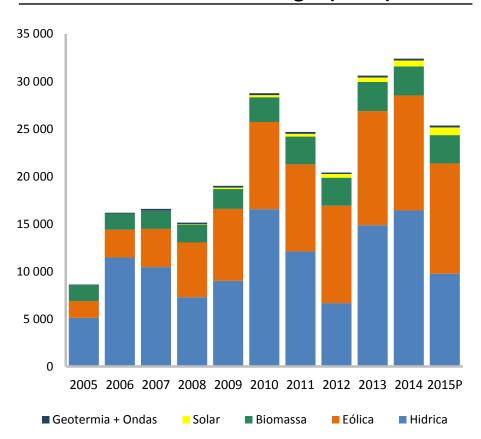




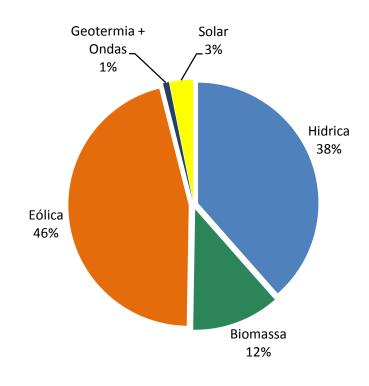




Evolução da produção de eletricidade renovável em Portugal (GWh)



Mix de produção de eletricidade renovável em Portugal em 2015

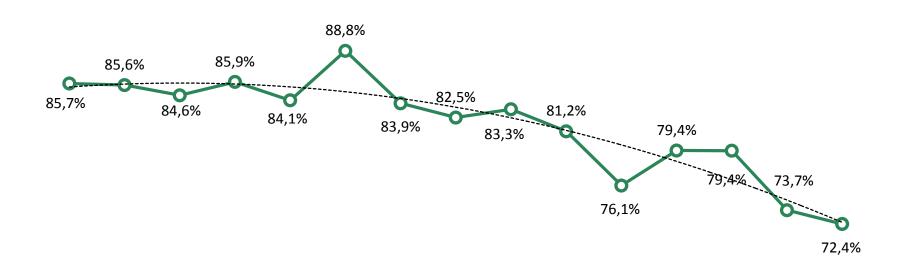


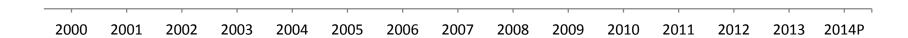






Evolução da Dependência Energética





Fonte: DGEG







Energias Renováveis

Diretiva Comunitária:

Diretiva 2009/28/CE – Meta de 31% de renováveis no consumo final de energia em 2020

Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis - PNAER (2013/2020)

Prioridades

Incentivar mini-hídricas, preferencialmente com sistemas de bombagem reversível (para armazenamento de energia) Reavaliar o Plano Nacional de Barragens

Fomentar a produção descentralizada de energia renovável, para autoconsumo, e para venda à rede a preços de mercado

Fomentar a instalação de painéis solares para aquecimento de água (solar térmico)

Avaliar o potencial de produção de energia renovável (designadamente eólica offshore)

Incentivar a utilização de biomassa florestal, designadamente proveniente de resíduos, limpezas ou desbastes

Implementar e dinamizar medidas de política que contribuam para o aumento da utilização das energias renováveis em território nacional

Promover uma política de projetos de energia solar e eólica, concertada com o reforço das interligações para escoamento de excedentes.

Promover a micro-geração através de um regime simplificado para o autoconsumo, com possibilidade de venda do excedente à rede em regime de mercado

Incentivar a investigação científica aplicada a tecnologias limpas, a ligação entre I&D e a indústria no domínio da armazenagem energética e soluções de integração com a rede de distribuição de energia elétrica (*smart grids*)







Eficiência Energética

Diretivas Comunitárias:

- Diretiva 2006/32/CE Redução de 10% do consumo final de energia em 2015
- Diretiva 2012/27/UE Redução de 20% no consumo de energia primária em 2020

Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética

PNAEE (2008-2015)

PNAEE 2016 (RCM n°20/2013)

Prioridades

Elevar os parâmetros de eficiência energética do edificado, por via da aposta na reabilitação urbana (materiais, das soluções térmicas e isolamento e instalação de equipamentos eficientes e produção eficiente de energia)

Desincentivar a aquisição de eletrodomésticos ou outros equipamentos eletrónicos com classificação energética igual ou inferior a Classe B

Agilizar o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública - ECO.AP

Instituir metas obrigatórias de substituição de iluminação interior na Administração Pública por soluções mais eficientes

Adotar, em articulação com os municípios, um conjunto de ações dirigidas à promoção da eficiência energética nos setores dos transportes e edifícios

Revisão do Regulamento da Gestão do Consumo de Energia para o sector dos Transportes (RGCEST)

Revisão do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE)

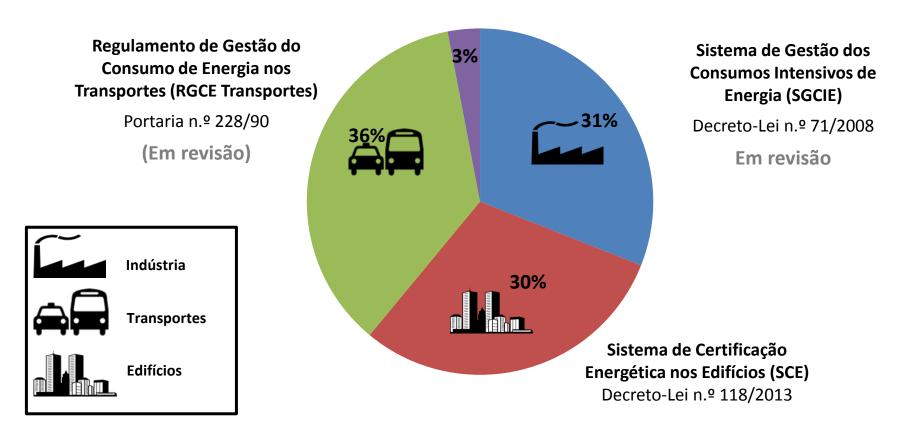
Desenvolver na Administração Central do Estado uma estratégia de compras públicas ecológicas até 2020







Regulamentação na área da gestão da procura de energia e sistemas de certificação energética



Os regulamentos e os sistemas de certificação energética abrangem setores da atividade da economia que representam 97% do consumo final de energia







Prioridades da Presidência da Eslováquia do Conselho da UE no cumprimento das prioridades estratégicas da União Europeia

Mercado Único Moderno

A visão da Presidência Eslovaca é desenvolver a União da Energia e o mercado digital único, que sustenta a competitividade e o potencial inovador da economia da UE, bem como a confiança do consumidor no mercado único.

As metas da Presidência Eslovaca visa contribuir para:

- A criação de uma União da Energia segura e competitiva, para um abastecimento energético seguro, a preços acessíveis;
- O apoio político na área das alterações climáticas com uma abordagem adequada no âmbito do CELE e a transição para uma economia de baixo carbono







Isabel Soares internacional@dgeg.pt http://www.dgeg.pt